



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da 1ª Vice-Presidentência

493 Agl

**Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 308691-9**

**Agravante:** Sul América Companhia Nacional de Seguros

**Agravados:** Edilton Guedes de Arruda e outros

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE COM FUNDAMENTO NO ART. 543-C, § 7º, I DO CPC. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DA COMPROVAÇÃO DA NATUREZA PÚBLICA DA APÓLICE E DO COMPROMETIMENTO DO FCVS. PRESENÇA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVARIAM A PRESENÇA DE APÓLICES PÚBLICAS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Por não restar demonstrada a natureza pública da apólice e o comprometimento do FCVS, com risco concreto de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA), não há como defender o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal em ingressar na presente demanda;
2. Em sede de Recurso Especial, é vedado analisar a presença de documentos que supostamente comprovariam a presença de apólices públicas, posto ser impossível o reexame de provas, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça;
3. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo Regimental no Recurso Especial.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 308.691-9, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores componentes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, negar provimento ao Agravo, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,                      de                      de                      .

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
1º Vice-Presidente



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

486 AGH

**Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 308691-9**  
**Agravante:** Sul América Companhia Nacional de Seguros  
**Agravados:** Edilton Guedes de Arruda e outros

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental no Recurso Especial interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A contra decisão que em juízo de admissibilidade implicou negativa de seguimento à insurgência especial, com espeque no art. 543-C, § 7º, I do Código de Processo Civil.

Em suas razões (fls. 452/456), a parte agravante defende que há nos autos provas hábeis a demonstrar o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal na presente demanda.

Realça que a documentação acostada nos autos e a narrativa dos próprios agravados evidenciam que os contratos de mútuo teriam sido averbados com apólices públicas do seguro habitacional.

Sustenta, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça delimitou o período no qual o FCVS responderia pelas indenizações securitárias, devendo admitir como demonstrado o comprometimento dos recursos públicos.

Por fim, caso não seja exercido o juízo de retratação, pleiteia que o Agravo Regimental seja submetido à Corte Especial, a fim de destrancar o processamento do Recurso Especial, remetendo-o ao Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório.

Recife,

de

de

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
Vice-Presidente



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

488 Afh

**Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 308691-9**

**Agravante:** Sul América Companhia Nacional de Seguros

**Agravados:** Edilton Guedes de Arruda e outros

**VOTO**

Visa a recorrente, através do presente Agravo Regimental no Recurso Especial, obter a reforma da decisão que negou seguimento ao apelo especial, ao aplicar o art. 543-C, § 7º, I do Código de Processo Civil.

Examinando detidamente o teor da peça recursal, entendo que os argumentos esposados não são hábeis a modificar o *decisum* atacado.

Nas demandas que envolvem discussão sobre indenização securitária no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, o Superior Tribunal de Justiça aplica o entendimento firmado no Resp nº 1.091.363 – SC e nº 1.091.393/SC afetados à sistemática do art. 543-C do CPC. Senão vejamos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, a Caixa Econômica Federal – CEF – detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 – período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 – e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (apólices públicas, ramo 66).

2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.

3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.

4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

489 ASH

5. Na hipótese específica dos autos, tendo sido reconhecida a ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes.

(STJ - EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.363 – SC. Rel. p/ acórdão: MINISTRA NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, 14/12/2012). Grifei.

Na presente caso, durante o julgamento do Órgão Fracionário desta Corte (fls. 339/342-v), não restou assentada a natureza pública da apólice, nem o comprometimento do FCVS, com risco de exaurimento da reserva técnica do FESA.

Na verdade, sequer existiu requerimento da Caixa Econômica Federal pleiteando a sua intervenção no feito. Por ser oportuno, transcrevo excerto do julgado (fl. 342):

No caso dos autos, entretanto, sequer houve pedido de intervenção da CEF, não havendo, pois, o que se falar em deslocamento da competência para a Justiça Federal.

Com efeito, tratando-se de hipótese relativa a seguro habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação-SFH, à míngua de comprovação da natureza pública da apólice e do risco de comprometimento do FCVS, não há dúvida de que a competência para processar a presente demanda é da Justiça Estadual, estando a decisão em harmonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

De mais a mais, a agravante ainda relaciona uma série de documentos que supostamente comprovariam a natureza pública das apólices.

Todavia, é incabível, na via especial, imiscuir-se na seara probatória para confrontar a conclusão a que alcançou o Órgão Fracionário, sob pena de afrontar a Súmula nº 07 do STJ, sendo impossível flexibilizá-la.

Logo, não há que se falar em declinação da competência em prol da Justiça Federal, nem admissão do Recurso Especial.

Diante de tais considerações, voto pelo desprovimento do Agravo Regimental no Recurso Especial.

Recife, de de .

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
1º Vice-Presidente